



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Termo de Fomento n.º SETADES/098/2024  
Processo Administrativo n.º2024-BGG46

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A/O ASSOCIAÇÃO DAS CRIANÇAS DE CASTELO - ACRIC, TENDO POR OBJETO COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA PARA CONTINUIDADE E MELHORIA NA OFERTA DAS ATIVIDADES E AÇÕES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, OFERTADO PELA ASSOCIAÇÃO DAS CRIANÇAS DE CASTELO – ACRIC, PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE DESPESA DE CUSTEIO, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO PRESENTE INSTRUMENTO E NO PLANO DE TRABALHO.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio do(a) **SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, inscrito(a) no CNPJ sob nº 03.252.312/0001-80, com sede na Rua Dr. João Carlos de Souza nº 107, Ed. Green Tower, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, neste ato representada pelo(a) Secretária de Estado, a Sra. **CYNTIA FIGUEIRA GRILLO**, e a (o) **ASSOCIAÇÃO DAS CRIANÇAS DE CASTELO - ACRIC** inscrita(o) no CNPJ sob nº. 31.726.755/0001-00, com sede à Avenida João Venturim Filho, nº 2165, CEP: 29360-000, Bairro Cava Roxa – Castelo/ES, doravante denominada(o) ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada(o) pelo(a) Sr. (a) **CAIO MARCOS ALLEDI ELLER**, portador da CI nº [REDACTED] órgão expedidor [REDACTED] e inscrita no CPF sob o nº [REDACTED], resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante o processo administrativo nº 2024-BGG46 e mediante as cláusulas e condições seguintes:



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – O presente Termo de Fomento tem por objeto cooperação técnica e financeira para continuidade e melhoria na oferta das atividades e ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, ofertado pela Associação das Crianças de Castelo – ACRIC, para Crianças e Adolescentes, por meio da realização de despesa de custeio, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Anexo I.

1.1.1 – O Plano de Trabalho, previsto no Anexo I, é parte integrante desse Termo, delimita os objetivos gerais e específicos, bem como define as metas e prevê o cronograma e as diretrizes das ações necessárias à consecução do objeto desse Acordo, conforme estabelecido no artigo 42, parágrafo único da Lei nº 13.019/14.

1.2 – Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 – É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I – delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**

2.1 – São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

e) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- f) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- g) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- h) designar um gestor da parceria e, na hipótese de esse deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- i) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- j) colaborar com as ações e os projetos executados ou viabilizadas pela organização da sociedade civil e, se possível, auxiliar na elaboração das metodologias e da indicação das metas;
- k) apoiar tecnicamente e institucionalmente a OSC para boa execução, expansão e fortalecimento das ações e/ou projetos implementados por meio desta parceria;
- l) apoiar a divulgação das ações e dos projetos implementadas por meio desta parceria;
- m) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

**II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- c) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- d) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- e) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- f) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- g) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, peio menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

h) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

3.1 – O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 59.998,69 (cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta e nove centavos).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do Termo de Fomento, recursos no valor de R\$ 59.998,69 (cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta e nove centavos), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 47.901.08.244.0191.2239, UG 470901, Gestão 47901, conforme discriminação abaixo:

Fonte: 500 ED: 3.3.50.43 - R\$ 59.998,69

**CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

4.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 – Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

5.1 – O presente Termo Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da organização da sociedade civil, para:

I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO**

6.1 – O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 31/12/2025, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da organização da sociedade civil, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, que deverá ser formalizada por Termo Aditivo, sendo, nessa hipótese, dispensada a prévia análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado.

6.3 – Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública estadual promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da organização da sociedade civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

7.1 – A administração pública estadual designará um gestor, e respectivo suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução desta parceria, na forma do artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.2 – Na hipótese de paralisação das atividades, a OSC deverá informar a administração pública estadual, através do(a) gestor (a), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para que possam ser tomadas as devidas providências.

7.3 – O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;

V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

**7.5 – A execução física do objeto será acompanhada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por intermédio da Subsecretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SUBADES, observado o disposto no artigo 59 da Lei nº 13.019/2014, ficando, desde já, designados por meio do Resumo do Termo de Fomento os gestores e suplentes que exercerão suas atribuições em conformidade com o artigo 61 da Lei 13.019/2014.**

**CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

8.1 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

Parágrafo Primeiro. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

Parágrafo Segundo. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 – A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I – relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 – Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;

II – os impactos econômicos ou sociais;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

III – o grau de satisfação do público-alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

Parágrafo Primeiro. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

Parágrafo Segundo. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 – A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo Único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 – O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 – Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES**

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, durante sua vigência, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

9.5 – A atualização do Plano de Trabalho que objetive a adequação do cronograma ou de valores sem a alteração de metas poderá ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento conforme autoriza o art. 57 da Lei nº 13.019/14.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES**



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo Único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES**

11.1 – Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 – Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO**

12.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, por escrito, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

12.2 – O presente instrumento será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

Parágrafo Primeiro - Durante o período de aviso prévio, os direitos e obrigações das Partes previstos nesse Termo manter-se-ão inalterados, salvo se as Partes ajustarem de outra forma.

Parágrafo Segundo - Findo o prazo do aviso prévio, as Partes serão responsáveis somente pelas obrigações que, em razão da natureza pela qual se revestem, sobrevivam ao término do Termo.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

13.1 – A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, e ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

14.1 – Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo resultante das ações envolvidas no âmbito do presente Termo de Fomento terá sua exploração econômica regida por instrumento específico, assegurada sua utilização sem ônus.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE E USO DE MARCAS**

15.1 – A divulgação dos atos praticados em razão deste instrumento deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de disseminação de informação e conhecimento, respeitados os direitos autorais.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

15.1.1 – Os Partícipes acordam que a utilização de suas respectivas marcas, representadas por seus títulos e logotipos, somente poderá ocorrer com a autorização expressa de seu proprietário.

15.1.2 – Os Partícipes obrigam-se a submeter, previamente e por escrito, à aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste instrumento, a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e congêneres.

15.2 – Não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral de eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste Termo de Fomento ou que com ele tenham relação

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

16.1 – Durante o desenvolvimento do projeto, as partes se obrigam a manter sob o sigilo os dados e informações referentes às ações consideradas e definidas como confidenciais, não podendo de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento, a terceiros não autorizados, das informações confidenciais trocadas entre os acordantes ou por eles geradas na vigência do presente termo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

17.1 – As Partes reconhecem que, para a execução do Termo, será necessário o tratamento de dados pessoais, e se comprometem a cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), conforme periodicamente alterada, bem como das demais leis e regulamentos relacionados à proteção de dados pessoais e privacidade que possam ser aplicados a qualquer tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Termo (“Legislação de Proteção de Dados Aplicável”).

17.2 – As Partes se comprometem a somente utilizar as informações e dados pessoais compartilhados para a realização das atividades decorrentes do objeto do presente Termo.

17.3 – As Partes se comprometem a manter registros de todas e quaisquer atividades relacionadas aos dados pessoais compartilhados ou obtidos em decorrência do Termo, fornecendo tais registros sempre que solicitados, de forma justificada.

17.4 – As Partes adotarão todas as medidas técnicas de segurança razoáveis, de acordo com o padrão de mercado e a legislação brasileira, para resguardar os dados pessoais tratados em decorrência do presente Termo, mantendo a outra parte indene de quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de qualquer tratamento de dados realizado em desacordo com esse Termo e/ou a Legislação de Proteção de Dados Aplicável.

Parágrafo Único. Para os fins desta Cláusula, consideram-se dados pessoais toda e qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, conforme definido na LGPD.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

18.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

18.2 – E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Vitória/ES, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

**CYNTIA FIGUEIRA GRILLO**

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

**CAIO MARCOS ALLEDI ELLER**

Presidente/Diretor da Associação das Crianças de Castelo

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**CYNTIA FIGUEIRA GRILLO**  
SECRETARIO DE ESTADO  
SETADES - SETADES - GOVES  
assinado em 13/11/2024 13:43:07 -03:00

**CAIO MARCOS ALLEDI ELLER**  
CIDADÃO  
assinado em 13/11/2024 11:57:42 -03:00



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 13/11/2024 13:43:07 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por GREGORE GOMES DE BARROS (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL II - QCE-05 - GGCONV - SETADES - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-G9521F>



# ACRIC

Associação das Crianças de Castelo

Av. João Venturim Filho, nº2165 - Bairro Cava  
Roxa CEP 29.360-000 Castelo - Espírito  
Santo  
Caixa Postal: 149  
Fone: (28) 3542-2409 | (28) 99917-6952  
Email:

## PLANO DE TRABALHO

(Artigo 22 da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015)

### 1. DADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nome <b>Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social</b>		CNPJ <b>03.252.312/0001-80</b>
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) <b>Rua Dr. João Carlos de Souza nº 107, Ed. Green Tower</b>		
Bairro <b>Barro Vermelho</b>	Cidade <b>Vitória</b>	CEP <b>29.057-530</b>
E-mail da Instituição <a href="mailto:convenios@setades.es.gov.br">convenios@setades.es.gov.br</a>		Home Page <a href="https://setades.es.gov.br/">https://setades.es.gov.br/</a>
Telefone 1 <b>(27) 3636-6810</b>	Telefone 2 <b>(27) 3636-6807</b>	Telefone 3 <b>(27) 3636-6806</b>

### 2. DADOS GERAIS DA PROPONENTE

Nome <b>Associação das Crianças de Castelo – ACRIC</b>		CNPJ <b>31.726.755/0001-00</b>
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) <b>Avenida João Venturim Filho, nº2165</b>		
Bairro <b>Cava Roxa</b>	Cidade <b>Castelo</b>	CEP <b>29360-000</b>
E-mail da Instituição <a href="mailto:acriccastelo@gmail.com">acriccastelo@gmail.com</a>		Home Page
Telefone 1 <b>( 28 ) 3542-2409</b>	Telefone 2 <b>( )</b>	Telefone 3( <b>)</b>

### 3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA PROPONENTE

Nome <b>Caio Marcos Alledi Eller</b>		CPF: [REDACTED]	
Nº RG [REDACTED]	Órgão Expedidor [REDACTED]	Cargo na OSC <b>Presidente</b>	Mandato vigente até <b>03/02/2025</b>
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) [REDACTED]			
Bairro [REDACTED]	Cidade <b>Castelo</b>	CEP [REDACTED]	
Telefone 1 [REDACTED]	Telefone 2 [REDACTED]	Telefone 3() [REDACTED]	

### 4. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO

Nome <b>Lilian Garcia Ramos</b>		Nº do Registro no Conselho Profissional <b>GRESS/ES 2485- 17ª Região</b>	
Área de Formação <b>Serviço Social</b>			
Bairro [REDACTED]	Cidade <b>Castelo</b>	CEP [REDACTED]	
E-mail do Técnico [REDACTED]			
Telefone do Técnico 1 [REDACTED]		Telefone do Técnico 2 [REDACTED]	



# ACRIC

Associação das Crianças de Castelo

Av. João Venturim Filho, nº2165 - Bairro Cava  
Roxa CEP 29.360-000 Castelo - Espírito  
Santo  
Caixa Postal: 149  
Fone: (28) 3542-2409 | (28) 99917-6952  
Email:

## 5. DESCRIÇÃO DA REALIDADE

### 5.1 Breve histórico e finalidade da OSC:

A Associação das Crianças de Castelo – ACRIC é uma entidade sem fins lucrativos, não governamental, fundada em 1989, com início dos trabalhos em 1990. Tem como principal objetivo, acolher, proteger, e assistir crianças/adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social do Município de Castelo, e é administrada por uma diretoria eleita quadrienalmente através da Assembleia Geral Ordinária dos sócios.

É importante registrar o trabalho desenvolvido ao longo dos anos pela ACRIC visando a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido e crítico. Nesse sentido, destaca-se o papel que essa Entidade vem desenvolvendo com as crianças/adolescentes através de experiências favorecedoras ao desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social. Assim sendo, muitas foram as atividades realizadas na comunidade, consolidando o firme propósito de: acolher, proteger e orientar as crianças/adolescentes, oferecendo a estes uma formação integral nos aspectos físicos, cognitivos e sócio afetivos.

No início as crianças/adolescentes em grande maioria, eram provenientes de famílias migrantes da zona rural e assoladas pelo subemprego ou desemprego. Diante deste quadro social, houve o surgimento de áreas periféricas no Município, que culminou na formação de grupos de crianças/adolescentes em situação de rua, que evadidos das atividades escolares e com os vínculos familiares fragilizados ficaram expostos a todos os tipos de riscos físicos, psicológicos e sociais, como a marginalidade, a exploração, a violência, alimentação precária, sem perspectivas e oportunidades para a construção de um futuro.

Sensibilizados por esta situação, membros da sociedade castelense se mobilizaram em prol de uma obra, com intuito de viabilizar a estas crianças/adolescentes, proteção, oportunidades e inclusão social.

A Associação das Crianças Carentes de Castelo (primeira denominação, modificada em 1997) foi pioneira na coleta de lixo seco, reciclagem e aproveitamento de resíduos sólidos. Foi ofertado como forma de trabalho remunerado e geração de renda através do auto sustentabilidade, inicialmente a um grupo de 14 (quatorze) crianças/adolescentes de baixa renda e em situação de rua. O pré-requisito para participação era a procura espontânea da criança/adolescente, autorização dos pais ou responsáveis e a matrícula no ensino regular.



# ACRIC

Associação das Crianças de Castelo

Av. João Venturim Filho, nº2165 - Bairro Cava  
Roxa CEP 29.360-000 Castelo - Espírito  
Santo  
Caixa Postal: 149  
Fone: (28) 3542-2409 | (28) 99917-6952  
Email:

O trabalho consistia no recolhimento, separação e reciclagem do material. Ao final do mês, os valores arrecadados com a venda do material eram revertidos na compra de cestas básicas e o restante deste montante, dividido em partes igualitárias e entregue aos responsáveis pela criança/adolescente.

A obra teve grande adesão e aceitação por parte da comunidade que auxiliava as crianças/adolescentes com a doação de alimentos, roupas e calçados. A Entidade sempre contou com o apoio e a parceria da Prefeitura Municipal que cedeu em forma de comodato a área para construção de um galpão como sede, e o empréstimo de um veículo que prestava serviços de transporte dos resíduos sólidos que eram recolhidos para o trabalho de reciclagem na Entidade.

A Constituição Federal Brasileira e o Estatuto da Criança e do Adolescente precomizam que as crianças e adolescentes são, antes de tudo, sujeitos de direitos que devem contar com a prioridade absoluta das políticas e planejamentos socioeconômicos. Diante disto, e cientes de seu papel social no cumprimento da Constituição e do Estatuto, a partir de 1997, foi realizada uma reavaliação dos objetivos da Entidade.

O trabalho de coleta foi substituído por atividades ocupacionais e em 1998 a Entidade passou a atender cerca de 100 (cem) crianças/adolescentes, no programa “Formando Cidadão para o Futuro”, que priorizava o desenvolvimento pleno das potencialidades, através de atividades voltadas para o reforço escolar, atividades esportivas e recreativas, de oficinas de dança, música e esportes. Com o desenvolvimento das atividades, dos resultados obtidos e preocupados com a repetência e evasão da instituição, avaliou-se a necessidade de acompanhar as rápidas transformações vivenciadas pela sociedade, buscando oferecer um atendimento completo às crianças/adolescentes, onde as mesmas pudessem realizar atividades pedagógicas voltadas para a aprendizagem escolar e ainda que recebessem ensinamentos para garantia e conquista de sua cidadania. Desta forma, a Entidade buscou trabalhar com uma metodologia participativa, de responsabilidade assumida coletivamente e inclusão social.

## **5.2 Serviços e Programas Socioassistenciais ofertados pela entidade:**

Ressaltamos que desde o ano de 2017, a ACRIC vem realizando o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, conforme



# ACRIC

Associação das Crianças de Castelo

Av. João Venturim Filho, nº2165 - Bairro Cava  
Roxa CEP 29.360-000 Castelo - Espírito  
Santo  
Caixa Postal: 149  
Fone: (28) 3542-2409 | (28) 99917-6952  
Email:

preconiza a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária.

As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. O SCFV é referenciado pelo CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) do Município de Castelo - ES e seus usuários, em sua maioria, possuem o Cadastro Único. A entidade encaminha ao CRAS mensalmente todas as fichas com dados dos usuários que deverão ser inseridos no SISC, bem como relatório mensal das atividades desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

As atividades complementares ao SCFV são desenvolvidas dentro das Oficinas da entidade. São realizados também encontros com familiares/responsáveis.

Na oferta do serviço, as crianças e adolescentes receberão durante sua permanência na entidade, 02 (duas) refeições, o almoço e um lanche da tarde, antes de irem para casa.

### **5.3 Perfil do Público Atendido pela Entidade:**

A entidade localiza-se próximo a um conjunto Habitacional, dentro de um território de alta vulnerabilidade social e econômica e atenderá 100 crianças e adolescentes, de 06 a 15 anos, de ambos os sexos, a maioria das famílias com renda de até 03 salários mínimos, beneficiários do Programa Bolsa Família, frequentando o Ensino Fundamental.

### **5.4 Capacidade de Atendimento:**

A entidade atende atualmente 100 crianças e adolescentes na área de assistência social, tendo capacidade para atender 180 por turno dependendo de sua infraestrutura, recursos humanos e financeiros.

## 5.5 Metodologia de Trabalho:

A entidade oferta suas atividades de segunda a sexta-feira, das 12:00 às 16:00 horas, atendendo crianças e adolescentes no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

A porta de entrada para o serviço se dá através de demanda espontânea e pelo encaminhamento da rede, principalmente pelo CRAS.

Ao chegar na entidade, o usuário e família são atendidos por equipe multidisciplinar que realiza o acolhimento, cadastramento e repassa informações e orientações.

Com base nas demandas socioassistenciais identificadas, interesse do usuário e organização das atividades, a criança e/ou o adolescente são inseridas e direcionadas para as oficinas, instrumentos de socialização, identificação de habilidades e potencialidades e fortalecimento de vínculos.

O planejamento e organização das atividades é realizado pela equipe técnica da entidade com a participação do Técnico de Referência (Assistente Social).

O SCFV e as atividades complementares são desenvolvidas dentro das oficinas por Facilitadores. A entidade oferta várias oficinas de acordo com os projetos elaborados anualmente.

As oficinas são oferecidas diariamente onde o facilitador conduz as oficinas com base nos planejamentos da Equipe de Referência que são feitos a partir dos eixos temáticos do SCFV, através de atividades como roda de conversa, sessão de cinema comentado, dinâmicas, jogos pedagógicos, esportes, recreação, artes, palestras, entre outros. As crianças/adolescentes são acolhidas em uma sala, onde realizam as atividades propostas de acordo com a temática de cada oficina.

Os usuários são atendidos individualmente ou em grupos pela equipe multiprofissional que trabalha as demandas, avaliando cada uma individualmente, quando necessário, e realizando os devidos encaminhamentos. A equipe técnica também realiza a visitas domiciliares para estabelecer vínculo com a família e avaliar o desenvolvimento do trabalho iniciado na instituição.

São realizados eventos comemorativos em datas importantes, tais como Festa Junina, Dia das Crianças, Natal, etc.



# ACRIC

Associação das Crianças de Castelo

Av. João Venturim Filho, nº2165 - Bairro Cava  
Roxa CEP 29.360-000 Castelo - Espírito  
Santo  
Caixa Postal: 149  
Fone: (28) 3542-2409 | (28) 99917-6952  
Email:

## 6. SÍNTESE DA PROPOSTA

### 6.1. Objeto

Cooperação Técnica e Financeira para continuidade e melhoria na oferta das atividades e ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ,ofertado pela Associação das Crianças de Castelo – ACRIC, para Crianças e Adolescentes, por meio da realização de despesa de custeio.

### 6.2. Objetivo Geral

Melhorar as condições de oferta dos serviços através do custeio de recursos humanos, gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza.

### 6.3. Objetivos Específicos

- Ofertar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV;
- Ofertar atividades complementares ao SCFV;
- Fortalecer a parceria com a rede socioassistencial, em especial com o CRAS;
- Realizar atendimentos e encaminhamentos para inserção na rede de serviços e acesso a direitos;
- Custear o pagamento da equipe de referência e apoio, para atuar nas ações da Instituição;
- Contratar serviço de terceiros – pessoa jurídica.

### 6.4. Público Beneficiário da Proposta

100 Crianças/adolescentes de 06 aos 15 anos, em situação de risco e vulnerabilidade social, de ambos os sexos, do município de Castelo.

### 6.5. Justificativa

A Associação das Crianças de Castelo – ACRIC tem como missão, acolher, proteger, e assistir



# ACRIC

Associação das Crianças de Castelo

Av. João Venturim Filho, nº2165 - Bairro Cava  
Roxa CEP 29.360-000 Castelo - Espírito  
Santo  
Caixa Postal: 149  
Fone: (28) 3542-2409 | (28) 99917-6952  
Email:

crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social do Município de Castelo. Assim através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos proporcionamos aos pais ou responsáveis um espaço de assistência aos seus filhos, em contra turno, possibilitando a família sua permanência no mercado de trabalho. Com isso estabelece vínculos com a família a fim de identificar seus problemas de base familiar para encaminhamento aos serviços na rede sócio assistencial local. Também oferece espaço físico adequado e acolhedor para o desenvolvimento das atividades que propõem.

Atua junto à comunidade castelense e empresários para garantir um atendimento de qualidade às crianças e adolescentes inseridos no programa.

Assim, visando ofertar atendimento de qualidade e buscando oferecer instrumentos que possam proporcionar a formação de cidadãos aptos ao questionamento e prevenindo a ocorrência de situações de risco social, necessitamos contratar profissionais habilitados, o que é muito oneroso para a entidade. Diante disso, o recurso disponibilizado proporcionará a contratação dos profissionais responsáveis por toda parte administrativa e de apoio, além da Equipe técnica e oficinairos que irá executar o projeto.

Justifica-se a necessidade de contratação dos oficinairos, pois eles serão responsáveis pela execução das atividades propostas nas oficinas de: Cultura e Ludicidade, Jogos Pedagógicos, Esporte e Recreação, Informática e Artes/Dança/Teatro, diretamente com os usuários. Atuarão de segunda a sexta-feira, entre 12h e 16h.

Será necessário ainda a aquisição de gêneros alimentícios, que serão utilizados no preparo das refeições ( almoço e lanche da tarde) ofertadas às crianças e adolescentes durante sua permanência na entidade para execução das atividades, garantindo assim a segurança nutricional dos mesmos.

Visando promover um ambiente higienizado e de acordo com as condições sanitárias exigidas, a entidade necessita adquirir itens de higiene e limpeza.

## 6.6. Equipe de Profissionais que Atuarão na Execução da Proposta.

Nome	Formação	Função	Carga horária semanal
Denise Bravim Duarte	Ensino Superior Incompleto	Coordenadora	20h

Maria da Conceição Oliveira	Ensino Fundamental	Cozinheira	40 h
Lilian Garcia Ramos	Ensino Superior Completo	Assistente Social	25h
Lucinéia Gabriel Santos	Ensino Fundamental Incompleto	Auxiliar de Serviços Gerais	40h
Gení de Mattos Souza	Ensino Superior Completo	Orientadora	25h
Michael Sullivan Poppe	Ensino Superior Completo	Oficineiro	20h
Camila Ungarato Simões Bastos	Ensino Superior Completo	Oficineiro	20h
Celso Vitor Dionisio Mamedes	Ensino Superior Incompleto	Oficineiro	20h
Raone Bandeira de Castro	Ensino Médio Completo	Oficineiro	20h
À contratar	Nível Médio	Auxiliar Administrativo	25h

## 6.7. Metodologia para Avaliação do Grau de Satisfação do Usuário

Serão realizadas duas pesquisas de satisfação: Uma com as crianças e adolescentes usuárias do serviço e outra com seus familiares. Elas abordarão perguntas relacionadas a qualidade do serviço, alimentação e atividades ofertadas pela entidade.

A avaliação será elaborada, aplicada e tabulada pelo responsável técnico do projeto ao final da parceria e os resultados serão informados na prestação de contas final.

## 6.8. Sustentabilidade da Proposta

As atividades terão continuidade com o término da parceria. Continuaremos buscando recursos para manutenção das atividades. Vale ressaltar que a entidade recebe doações de Associados, doações de alguns gêneros alimentícios da comunidade, realiza eventos, bem como pactua parcerias com o município através de Termo de Colaboração, entre outros.

## 6.9. Período de Execução do Objeto

**Início: Novembro/2024**

**Término: Dezembro/ 2025**

## 7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

<b>Meta 1:</b> Continuidade da oferta das atividades e ações do SCFV para crianças e adolescentes atendidos pela entidade pelo período de vigência da parceria.	<b>Valor</b> <b>R\$ 0,00</b>		
<b>Indicador (es):</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de crianças e adolescentes atendidos pelo SCFV;</li> <li>Nº de Atividades e Ações ofertadas aos usuários;</li> <li>Grau de Satisfação dos usuários e familiares.</li> </ul>			
<b>Metodologia de execução:</b>			
O serviço será prestado diariamente, por equipe multiprofissional, composta por técnicos e apoio. <ul style="list-style-type: none"> <li>Acolhida dos usuários e família.</li> <li>Planejamento e organização das atividades e ações.</li> <li>Oferta diária do serviço.</li> <li>Direcionamento dos usuários para os atendimentos, ações e atividades.</li> <li>Monitoramento e avaliação do serviço prestado.</li> <li>Elaboração de Relatório de Execução das Atividades, constando registro fotográfico das atividades, com a finalidade de apresentação durante o monitoramento e prestação de contas a SETADES.</li> </ul>			
Etapas/ Atividades	Valor	Período de Execução	
		Início	Término
1.1. Planejamento e organização da oferta do Serviço.	<b>R\$ 0,00</b>	<b>Novembro/2024</b>	<b>Dezembro/2025</b>
1.2. Oferta contínua dos atendimentos, atividades e ações			
1.3. Realizar pesquisa de satisfação com usuários e familiares			
1.4. Elaboração de Relatório de Execução das Atividades			

<b>Meta 2:</b> Realizar o pagamento dos profissionais que atuarão no desenvolvimento e apoio do SCFV por 02(dois) meses.	<b>VALOR</b> <b>R\$ 27.679,28</b>		
<b>Indicador (es):</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de pagamentos realizados</li> <li>Nº Atividades realizadas</li> </ul>			
<b>Metodologia de execução:</b> O serviço será prestado diariamente, por equipe multiprofissional, composta por técnicos, administrativo e apoio.			
Etapas/atividades	Valor	Período de Execução	
		Início	Término
2.1. Pagamento do Coordenador – 20h semanais	R\$ 6.213,00	<b>Novembro/2024</b>	<b>Dezembro/2025</b>
2.3. Pagamento do Assistente Social – 25h semanais.	R\$ 5.995,00		



# ACRIC

Associação das Crianças de Castelo

Av. João Venturim Filho, nº2165 - Bairro Cava  
Roxa CEP 29.360-000 Castelo - Espírito Santo  
Caixa Postal: 149  
Fone: (28) 3542-2409 | (28) 99917-6952  
Email:

2.4. Pagamento do Orientador Social – 25h semanais.	R\$ 4.076,60		
2.5. Pagamento Cozinheira – 40h semanais	R\$ 3.721,08		
2.6. Pagamento do Auxiliar de Serviços Gerais – 40h semanais.	R\$ 3.597,00		
2.7. Pagamento do Auxiliar Administrativo – 25h semanais.	R\$ 4.076,60		

<b>Meta 3:</b> Contratação de Serviços de terceiros – pessoa jurídica para desenvolvimento das oficinas por 02(dois) meses.		<b>Valor</b> <b>R\$ 10.800,00</b>	
<b>Indicador (es):</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Nº de Serviços/profissionais contratados;</li><li>• Nº Pagamento realizados;</li><li>• Serviços realizados.</li></ul>			
<b>Metodologia de execução:</b> Será realizado a contratação dos profissionais que contribuirão para a execução dos serviços,			
<b>Etapas/atividades</b>	<b>Valor</b>	<b>Período de Execução</b>	
		<b>Início</b>	<b>Término</b>
3.1. Contratação de 4 Oficineiros.	<b>R\$ 10.800,00</b>	<b>Novembro/2024</b>	<b>Dezembro/2025</b>

<b>Meta 4:</b> Aquisição de Gêneros Alimentícios que serão utilizados no preparo das refeições ofertadas aos usuários.		<b>Valor</b> <b>R\$ 19.005,35</b>	
<b>Indicador (es):</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Quantidade de itens adquiridos;</li><li>• Nº de refeições servidas.</li></ul>			
<b>Metodologia de execução:</b> Preparo de alimentos saudáveis e oferta diária de alimentação de acordo normas nutricionais, para 100 crianças e adolescentes de 06 a 15 anos de idade, que frequentam a entidade.			
<b>Etapas/atividades</b>	<b>Valor</b>	<b>Período de Execução</b>	
		<b>Início</b>	<b>Término</b>
		4.1. Aquisição de Gêneros Alimentícios	<b>R\$19.005,35</b>
4.2. Efetivação dos pagamentos através de transferência eletrônica.			
4.3. Preparo das refeições.			

<b>Meta 5:</b> Aquisição de produtos de higiene e limpeza, assegurando um ambiente limpo e asseado.		<b>Valor</b> <b>R\$ 2.514,06</b>	
<b>Indicador (es):</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Notas Fiscais</li> </ul>			
<b>Metodologia de execução:</b> Os produtos serão adquiridos conforme plano de trabalho e preço médio informado.			
Os produtos serão adquiridos conforme a necessidade de uso e ficarão armazenados em local adequado e serão disponibilizados nos banheiros, para uso na cozinha/refeitório em espaços avaliados como necessários pela entidade.			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
5.1-Aquisição de materiais de higiene e limpeza;	R\$ 2.514,06	Novembro/2024	Dezembro/2025
5.2- Efetivação dos pagamentos através de transferência eletrônica.			

## 8. PLANO DE APLICAÇÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CONCEDENTE	PROPONENTE	TOTAL
3.3.50.43	Material de consumo	R\$ 21.519,41		R\$21.519,41
	Serviços de terceiros – pessoa física	--	--	--
	Serviços de terceiros – pessoa jurídica	R\$ 10.800,00	--	R\$ 10.800,00
	Equipe encarregada pela execução	R\$ 27.679,28	--	R\$ 27.679,28
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 59.998,69</b>		<b>R\$ 59.998,69</b>

### 8.1. Detalhamento das Despesas

#### 8.1.1. Material de Consumo (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Alho	kg	32	R\$ 34,99	R\$ 1.119,68
Cebola	kg	43	R\$ 8,99	R\$ 386,57
Batata inglesa	kg	60	R\$ 10,99	R\$ 659,40
Feijão - 1kg	Kg	60	R\$ 6,75	R\$ 405,00
Macarrão - 5kg	un	30	R\$ 26,00	R\$ 780,00
Fubá - 1kg	kg	20	R\$ 3,10	R\$ 62,00



# ACRIC

Associação das Crianças de Castelo

Av. João Venturim Filho, nº2165 - Bairro Cava  
Roxa CEP 29.360-000 Castelo - Espírito  
Santo  
Caixa Postal: 149  
Fone: (28) 3542-2409 | (28) 99917-6952  
Email:

Farinha de mandioca - 1 kg	kg	20	R\$ 5,50	R\$ 110,00
Arroz - 5kg	un	60	R\$ 30,99	R\$ 1.859,40
Leite integral - cx c/12 unid	cx	30	R\$ 59,88	R\$ 1.796,40
Ovo crivo com - 30unid	crivo	60	R\$ 18,99	R\$ 1.139,40
Carne moída Acém	kg	100	R\$ 22,99	R\$ 2.299,00
Pernil suíno sem osso	kg	100	R\$ 19,99	R\$ 1.999,00
Peito de frango com osso	kg	100	R\$ 12,50	R\$ 1.250,00
Biscoito cream cracker - 2kg	cx	45	R\$ 27,00	R\$ 1.215,00
Biscoito de maisena - 2kg	cx	45	R\$ 27,00	R\$ 1.215,00
Suco - 1litro	Lt	60	R\$ 6,50	R\$ 390,00
Achocolatado - 1kg	kg	30	R\$ 13,75	R\$ 412,50
Mistura para bolo - 5kg	un	12	R\$ 48,50	R\$ 582,00
Manteiga 500gr	un	50	R\$ 26,50	R\$ 1.325,00
Saco de lixo – 50litros	rolo	10	R\$ 14,50	R\$ 145,00
Saco de lixo – 100litros	rolo	10	R\$ 14,50	R\$ 145,00
Água sanitária - 2L	un	48	R\$ 6,50	R\$ 312,00
Detergente - 500ml	un	96	R\$ 2,60	R\$ 249,60
Desinfetante - 2L	un	48	R\$ 4,95	R\$ 237,60
Toalha de papel - pct c/6	pacote	24	R\$ 16,75	R\$ 402,00
Saco de chão alvejado	un	10	R\$ 7,99	R\$ 79,90
Limpador multiuso - 500ml	un	48	R\$ 5,49	R\$ 263,52
Esponja multiuso	un	60	R\$ 1,25	R\$ 75,00
Palha de aço - Nº2	un	12	R\$ 1,75	R\$ 21,00
Lava roupas - 1,6kg	cx	20	R\$ 14,50	R\$ 290,00
Sabão barra - 900gr	pt	6	R\$ 11,99	R\$ 71,94
Sabonete líquido - 5litros	un	10	R\$ 22,15	R\$ 221,50
<b>Subtotal</b>				<b>R\$ 21.519,41</b>

### 8.1.2 Serviços de Terceiros – Pessoa Física (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
<b>Subtotal</b>				

### 8.1.3 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Oficineiro 1	Mês	02	R\$ 1350,00	R\$ 2.700,00
Oficineiro 2	Mês	02	R\$ 1350,00	R\$ 2.700,00
Oficineiro 3	Mês	02	R\$ 1350,00	R\$ 2.700,00
Oficineiro 4	Mês	02	R\$ 1350,00	R\$ 2.700,00
<b>Subtotal</b>				<b>R\$ 10.800,00</b>

### 8.1.4 Equipe Encarregada pela Execução (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Coordenador – 20 hs Salário/Encargos	Mês	02	R\$ 3.106,50	R\$ 6.213,00
Assistente Social – 25hs Salário/Encargos	Mês	02	R\$ 2.997,50	R\$ 5.995,00
Orientador Social –25hs Salário/Encargos	Mês	02	R\$ 2.038,30	R\$ 4.076,60
Aux. Serviços Gerais – 40hs Salário/Encargos	Mês	02	R\$ 1.798,50	R\$ 3.597,00
Cozinheira - 40hs Salário/Encargos	Mês	02	R\$ 1.860,54	R\$ 3.721,08
Aux. Administrativo - 25hs Salário/Encargos	Mês	02	R\$ 2.038,30	R\$ 4.076,60
<b>Subtotal</b>				<b>R\$ 27.679,28</b>



# ACRIC

Associação das Crianças de Castelo

Av. João Venturim Filho, nº2165 - Bairro Cava  
Roxa CEP 29.360-000 Castelo - Espírito  
Santo  
Caixa Postal: 149  
Fone: (28) 3542-2409 | (28) 99917-6952  
Email:

## 8.1.5 Equipamentos e Materiais Permanentes (4.4.50.42)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
<b>Subtotal</b>				

<b>TOTAL GERAL (8.1.1 + 8.1.2 + 8.1.3 + 8.1.4 + 8.1.5)</b>	<b>R\$ 59.998,69</b>
--	----------------------

## 9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

REPASSE (S) DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
NOV/2024	DEZ/2024	JAN/2025	FEV/2025	MAR/2025	ABR/2025
R\$ 59.998,69	-	-	-	-	-
MAI/2025	JUN/2025	JUL/2025	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025
-	-	-	-	-	-

APORTE (S) DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL					
NOV/2024	DEZ/2024	JAN/2025	FEV/2025	MAR/2025	ABR/2025
	-	-	-	-	-
MAI/2025	JUN/2025	JUL/2025	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025
-	-	-	-	-	-



# ACRIC

Associação das Crianças de Castelo

Av. João Venturim Filho, nº2165 - Bairro Cava  
Roxa CEP 29.360-000 Castelo - Espírito  
Santo  
Caixa Postal: 149  
Fone: (28) 3542-2409 | (28) 99917-6952  
Email:

## 10. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Na qualidade de representante legal da **Organização da Sociedade Civil (OSC) proponente**, declaro, para fins de prova junto a **Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES)**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que:

- a) A OSC garante a gratuidade e a universalidade em todos os seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme artigo 6º, III, da Resolução nº 14, de 15 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social;
- b) A OSC não se enquadra em nenhuma das condições de impedimento dispostas no artigo 39 da Lei nº 13.019/2014;
- c) Se o termo de fomento tiver como um de seus objetos a compra de veículo, a OSC será responsável pelo custeio de seguro do respectivo bem.
- d) Todos os preços propostos para aquisição de bens e/ou serviços apresentados por essa OSC foram apurados por meio de orçamentos atualizados, junto a fornecedores regulares e estão compatíveis com os preços médios praticados no mercado regional;
- e) Quando for proposta contrapartida, a OSC garante que os respectivos recursos, bens ou serviços indispensáveis a esta contrapartida estarão devidamente assegurados.

Nos termos em que pede e espera deferimento.

Em de                      de 2024.

Assinatura do Representante Legal



# ACRIC

Associação das Crianças de Castelo

Av. João Venturim Filho, nº2165 - Bairro Cava  
Roxa CEP 29.360-000 Castelo - Espírito  
Santo  
Caixa Postal: 149  
Fone: (28) 3542-2409 | (28) 99917-6952  
Email:

## 11. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

APROVA-SE O PLANO DE TRABALHO, O QUAL DEVE SER ANEXADO AO TERMO DE FOMENTO ASSINADO.

Vitória (ES) Em        de        de        .

Assinatura do Representante Legal/Carimbo

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**CYNTIA FIGUEIRA GRILLO**  
SECRETARIO DE ESTADO  
SETADES - SETADES - GOVES  
assinado em 13/11/2024 13:43:07 -03:00

**CAIO MARCOS ALLEDI ELLER**  
CIDADÃO  
assinado em 13/11/2024 11:57:42 -03:00



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 13/11/2024 13:43:08 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por GREGORE GOMES DE BARROS (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL II - QCE-05 - GGCONV - SETADES - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-ML7N28>

atendidos pelo Centro Comunitário Franco Rossetti, por meio de despesas de investimento.

**Valor:** R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), proveniente da Emenda Parlamentar nº 957 LOA 2024.

**Vigência:** a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 31/10/2025.

**Dotação Orçamentária:** 20.47.901.08.244. 0191.2239.

**Elemento de Despesa:**4.4.50.42

**Fonte:** 500

**Gestor Titular:** André Francisco Ribeiro - N. F. 3345750

**Gestor Suplente:** Camila Nogueira Felsky - N. F. 3553280 .

Vitória, 13 de novembro de 2024.

**Cyntia Figueira Grillo**

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

**Protocolo 1433853**

### Justificativa de Dispensa de Chamamento Público para Celebração do Termo de Fomento Nº SETADES/089/2024

**Processo nº.:** 2024-SB116

**Partes:** Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e o Centro Comunitário Franco Rossetti.

**Objeto:** Cooperação técnica e financeira para a manutenção de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) para 55 adolescentes, em situação de vulnerabilidade social , atendidos pelo Centro Comunitário Franco Rossetti, por meio de despesas de investimento.

**Valor:** R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), proveniente da Emenda Parlamentar nº 957 LOA 2024.

**Fundamento Legal:** Artigo 29, Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015.

**Justificativa:** Trata-se de recursos decorrentes de emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual - LOA.

Vitória, 13 de novembro de 2024.

**Cyntia Figueira Grillo**

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

**Protocolo 1433868**

### Resumo do Termo de Fomento SETADES/098/2024

**Processo nº.:** 2024-BGG46

**Registro SIGEFES:** 240683

**Administração Pública:** Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

**Organização da Sociedade Civil:** Associação das Crianças de Castelo - Acric.

**Objeto:** Cooperação técnica e financeira para continuidade e melhoria na oferta das atividades e ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos , ofertado pela Associação das Crianças de Castelo - ACRIC, para Crianças e Adolescentes, por meio da realização de despesa de custeio.

**Valor:** R\$: 59.998,69 (cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta e nove centavos), proveniente das Emendas Parlamentares nº 0010 e 0854 LOA 2024.

**Vigência:** à partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 31/12/2025.

**Dotação Orçamentária:** 20.47.901.08.244. 0191.2239.

**Elemento de Despesa:**3.3.50.43

**Fonte:** 500

**Gestor Titular:** Marjorie Lopes Bicalho Santana - N. F. 3744221

**Gestor Suplente:** Camila Nogueira Felsky - N. F. 3553280

Vitória, 13 de novembro de 2024.

**Cyntia Figueira Grillo**

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

**Protocolo 1433888**

### Justificativa de Dispensa de Chamamento Público para Celebração do Termo de Fomento Nº SETADES/098/2024

**Processo nº.:** 2024-BGG46

**Partes:** Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e a Associação das Crianças de Castelo - Acric.

**Objeto:** Cooperação técnica e financeira para continuidade e melhoria na oferta das atividades e ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos , ofertado pela Associação das Crianças de Castelo - ACRIC, para Crianças e Adolescentes, por meio da realização de despesa de custeio.

**Valor:** R\$: 59.998,69 (cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta e nove centavos), proveniente das Emendas Parlamentares nº 0010 e 0854 LOA 2024.

**Fundamento Legal:** Artigo 29, Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015

**Justificativa:** Trata-se de recursos decorrentes de emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual - LOA.

Vitória, 13 de novembro de 2024.

**Cyntia Figueira Grillo**

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

**Protocolo 1433894**

### Resumo do Termo de Fomento SETADES/101/2024

**Processo nº.:** 2024-K5LBM

**Registro SIGEFES:**240682

**Administração Pública:** Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

**Organização da Sociedade Civil:** Instituto Jutta Batista da Silva.

**Objeto:** Cooperação técnica e financeira para a continuidade dos Programas de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos, no âmbito da política de Assistência Social, prestados aos grupos e associações voluntárias nos 11 municípios da região serrana do ES, assessoradas pela OSC INSTITUTO JUTTA BATISTA DA SILVA, por meio de pagamento de despesas de custeio.

**Valor:** R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), proveniente da Emenda Parlamentar nº 1218 LOA 2024.

**Vigência:** a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 31/10/2025.

**Dotação Orçamentária:** 20.47.901.08.244. 0191.2239.

**Elemento de Despesa:**3.3.50.43

**Fonte:** 500

**Gestor Titular:** Lutz Franchesco da Silva Rocha - N. F. 3287831

**Gestor Suplente:** Carla Mariane Lima Enlich - N. F. 323974 .

Vitória, 13 de Novembro de 2024.

**Cyntia Figueira Grillo**

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

**Protocolo 1434047**



#### INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 14/11/2024 10:15:02 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por GREGORE GOMES DE BARROS (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL II - QCE-05 - GGCONV - SETADES - GOVES)  
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-HPNGB7>